



UMA BREVE
HISTÓRIA DA
IGUALDADE



THOMAS
PIKETTY





UMA BREVE
HISTÓRIA DA
IGUALDADE



THOMAS
PIKETTY

TRADUÇÃO DE MARIA DE FÁTIMA OLIVA DO COUTTO



Copyright © Éditions du Seuil, 2021

TÍTULO ORIGINAL

Une brève histoire de l'égalité

PREPARAÇÃO

Gabriel Demasi

Victor Almeida

REVISÃO

Laiane Flores

Eduardo Carneiro

REVISÃO TÉCNICA

Eduardo Rawet

ADAPTAÇÃO DE PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Inês Coimbra

CAPA

Aline Ribeiro

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

P693b

Piketty, Thomas, 1971-

Uma breve história da igualdade / Thomas Piketty ; tradução Maria de Fátima Oliva do Coutto. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Intrínseca, 2022.

304 p. ; 21 cm.

Tradução de: *Une brève histoire de l'égalité*.

ISBN 978-65-5560-413-9.

1. Igualdade social - História. 2. Classes sociais - História. 3. Distribuição de renda - História. I. Coutto, Maria de Fátima Oliva do. II. Título.

22-79064

CDD: 305.5

CDU: 316.343.7



Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

[2022]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA INTRÍNSECA LTDA.

Rua Marquês de São Vicente, 99/6º andar

22451-041 — Gávea

Rio de Janeiro — RJ

Tel./Fax: (21) 3206-7400

www.intrinseca.com.br

Sumário

Agradecimentos · 9

Introdução · 11

Uma nova história econômica e social · 12

As revoltas frente à injustiça, o aprendizado
das instituições justas · 17

As relações de força e seus limites · 21

*Capítulo 1. A marcha rumo à igualdade:
parâmetros iniciais* · 25

O progresso humano: educação e saúde para todos · 25

A população mundial e a renda média:
os limites do crescimento · 28

A escolha dos indicadores socioeconômicos:
uma questão política · 30

Por uma pluralidade de indicadores sociais e ambientais · 32

Não há desenvolvimento sustentável
sem mensurar as desigualdades · 36

*Capítulo 2. A lenta desconcentração do poder
e da propriedade* · 41

A evolução da concentração da propriedade
na França a partir do século XVIII · 41

A propriedade e o poder: uma cesta de direitos · 44

Deter os meios de produção, a moradia,
o Estado, o restante do mundo · 46

A difícil emergência de uma classe média patrimonial · 53

A longa marcha rumo a uma maior igualdade de renda · 57

<i>Capítulo 3. A herança escravocrata e colonial</i> · 61	
Revolução Industrial, colonialismo e ecologia · 61	
Nas origens da grande divergência: a dominação militar europeia · 64	
O império do algodão: a tomada de controle da indústria têxtil mundial · 68	
Protecionismo, relações centro-periferia e sistema-mundo · 72	
Provincializar a Europa, repensar a especificidade ocidental · 75	
História econômica e social, história da construção do Estado · 78	
 <i>Capítulo 4. A questão das reparações</i> · 81	
O fim da escravização: compensações financeiras para os proprietários · 81	
Deve o Estado francês reembolsar a dívida paga pelo Haiti? · 85	
As abolições e compensações britânicas e francesas de 1833 e 1848 · 89	
Estados Unidos: a longa marcha de uma república escravocrata · 93	
O colonialismo pós-escravocrata e a questão do trabalho forçado · 95	
França, uma república colonial que não se reconhece como tal · 102	
A questão das reparações: repensar a justiça em escala transnacional · 105	
 <i>Capítulo 5. Revoluções, status e classes</i> · 109	
O fim dos privilégios e das desigualdades de status? · 109	
A demorada dissolução do trabalho forçado e do semiforçado · 113	
A Suécia em 1900: um homem, cem votos · 117	
As metamorfoses dos privilégios: a democracia do dinheiro · 122	
A persistência do voto censitário: a plutocracia econômica · 126	
O socialismo participativo e a divisão do poder · 128	

<i>Capítulo 6. A “grande redistribuição”, 1914-1980</i>	· 133
A invenção do Estado social: educação, saúde, proteção social	· 134
O segundo grande salto do Estado tributário: uma revolução antropológica	· 138
A invenção do imposto progressivo sobre a renda e a herança	· 141
Progressividade real e contrato social: a questão do consentimento ao imposto	· 146
Imposto progressivo, uma ferramenta para também reduzir as desigualdades antes dos impostos	· 149
A liquidação dos ativos coloniais e das dívidas públicas	· 153
A reconstrução da Europa graças à anulação das dívidas públicas	· 159
<i>Capítulo 7. Democracia, socialismo e imposto progressivo</i>	· 163
Os limites da igualdade: a hiperconcentração da propriedade	· 163
Estado social e imposto progressivo: uma transformação sistemática do capitalismo	· 169
A propriedade e o socialismo: a questão da descentralização	· 173
Por um socialismo democrático, autogestionário e descentralizado	· 180
A livre circulação de capitais: o novo poder censitário	· 183
<i>Capítulo 8. A igualdade real contra as discriminações</i>	· 187
A igualdade educacional: sempre proclamada, jamais concretizada	· 187
Por uma política de ações afirmativas baseada em critérios sociais	· 192
A persistência do patriarcado e do produtivismo	· 196
Combater as discriminações sem engessar as identidades	· 201
Conciliar a paridade social e a redistribuição de riquezas	· 206
Mensurar o racismo: a questão das categorias etnoraciais	· 209
A neutralidade religiosa e as hipocrisias da laicidade à francesa	· 212

<i>Capítulo 9. O desfecho do neocolonialismo</i>	· 215
Os Trinta Gloriosos e o Sul: os limites do Estado social nacional	· 215
Neocolonialismo, liberalização comercial e paraísos fiscais	· 219
As pretensas ajudas internacionais e políticas climáticas	· 223
Direitos para os países pobres: abandonar a lógica centro-periferia	· 226
Do Estado social nacional ao Estado social federal	· 229
Por um federalismo social e democrático	· 231
<i>Capítulo 10. Rumo a um socialismo democrático, ecológico e diversificado</i>	· 237
As forças da mudança: aquecimento global e lutas ideológicas	· 238
O socialismo chinês, as fragilidades de uma ditadura digital perfeita	· 240
Da guerra dos capitalismo à batalha dos socialismos	· 247
A moeda nos salvará?	· 249
Por uma soberania universalista	· 253

Notas	· 257
-------	-------

Agradecimentos

“O que você escreve é interessante, mas será que não poderia ser mais curto, para que eu possa compartilhar suas pesquisas com meus amigos, minha família?”

Este pequeno livro é, em parte, uma resposta a esse pedido, feito regularmente por leitoras e leitores que encontro. Ao longo dos últimos vinte anos, escrevi três obras de quase mil páginas (cada uma!) a respeito da história das desigualdades: *Les hauts revenus en France au XX^e siècle* [As altas rendas na França do século XX] (Grasset, 2001), *O capital no século XXI* (publicado pela Intrínseca em 2014) e *Capital e ideologia* (publicado pela Intrínseca em 2020). Esses trabalhos têm como base um vasto programa internacional de pesquisas históricas e comparativas, que levou à publicação de vários relatórios e obras coletivas, bem como ao desenvolvimento da *World Inequality Database* (WID.world). O grande volume de documentação assim constituída pode desanimar até o cidadão com a melhor das intenções. Estava na hora de resumir. Eis aqui o resultado.

Ainda assim, este pequeno livro não se contenta em apresentar de forma sintética os principais ensinamentos decorrentes dos trabalhos mencionados. Ao retomar o conjunto dos debates gerados por essas questões ao longo dos últimos anos, apresento uma nova perspectiva acerca da história da igualdade, a partir de uma forte convicção forjada no decorrer de minhas pesquisas: a marcha rumo à igualdade é uma luta que vem de longe e pede apenas que seja prosseguida no século XXI, bastando um pequeno esforço de todas e todos para que rompamos com as divisões identitárias e disciplinares que, muitas vezes, nos impedem de avançar. As questões econômicas são importantes demais para

ficarem restritas a uma pequena classe de especialistas e dirigentes. A reapropriação desse saber pelos cidadãos é uma etapa fundamental para transformar as relações de poder. Naturalmente, espero também convencer parte dos leitores a um dia se debruçar sobre as obras mais volumosas (que, aviso desde já, são muito acessíveis, apesar do tamanho!). Enquanto isso, este breve texto pode ser lido independentemente dos outros, e gostaria de agradecer aqui a todos os leitores, estudantes e cidadãos que me encorajaram nessa iniciativa e cujas perguntas alimentaram este trabalho. É a eles que dedico este livro.

Introdução

Este livro propõe uma história comparativa das desigualdades entre as classes sociais nas sociedades humanas. Ou melhor, uma história da igualdade, pois, como veremos, existe um movimento de longa data rumo a cada vez mais igualdade social, econômica e política no decorrer da história.

Não se trata, é claro, de uma história agradável, muito menos linear. As revoltas e as revoluções, as lutas sociais e as crises de todas as naturezas desempenham papel central na história da igualdade que será estudada aqui. Essa história é igualmente pontuada por inúmeras fases de retrocesso e de recuos identitários.

O fato é que existe um movimento histórico voltado para a igualdade, pelo menos desde o fim do século XVIII. O mundo do início dos anos 2020, por mais injusto que possa parecer, é mais igualitário do que o de 1950 ou o de 1900, que eram, por sua vez, em múltiplos aspectos mais igualitários do que os de 1850 ou 1780. As evoluções específicas variam de acordo com os períodos e se nos interessamos pela desigualdade entre classes sociais definidas pelo status jurídico, pela propriedade dos meios de produção, pelo nível de renda ou de escolaridade, pelo gênero, pela origem nacional ou etnorracial — e muitas dessas dimensões vão nos interessar aqui. Mas, no longo prazo, a constatação é a mesma, não importa qual o critério adotado. Entre 1780 e 2020, observamos evoluções voltadas para mais igualdade de status, de propriedade, de renda, de gênero e de raça na maioria das regiões e sociedades do planeta e, em certa medida, em escala mundial. Em vários aspectos, essa marcha rumo à igualdade foi também aprofundada ao longo do período de 1980 a 2020, mais complexo e com mais contrastes do que às vezes

se imagina, se adotarmos uma perspectiva mundial e multidimensional em relação à desigualdade.

A tendência de longo prazo rumo à igualdade é real desde o fim do século XVIII, mas não menos limitada em sua magnitude. Veremos que as diferentes desigualdades continuam a se estabelecer em níveis consideráveis e injustificáveis em todas essas escalas (status, propriedade, poder, renda, gênero, origem etc.), que, ademais, com frequência acumulam seus efeitos em nível individual. Afirmar a existência de uma tendência à igualdade não constitui, em hipótese alguma, um apelo a comemorar, muito pelo contrário. Trata-se, muito mais, de um apelo a continuar o combate, sobre uma base histórica sólida. Ao nos debruçarmos sobre o modo como esse movimento rumo à igualdade de fato se produziu, é possível aprendermos lições preciosas para o futuro, compreendermos melhor as lutas e as mobilizações que o tornaram possível, bem como os dispositivos institucionais e os sistemas jurídicos, sociais, tributários, educacionais e eleitorais que permitiram que a igualdade se tornasse uma realidade sustentável. Infelizmente, esse processo de aprendizado coletivo das instituições justas é muitas vezes enfraquecido pela amnésia histórica, pelo nacionalismo intelectual e pela compartimentalização dos saberes. Para prosseguir na marcha rumo à igualdade, é urgente retroceder na história e ultrapassar as fronteiras nacionais e disciplinares. A presente obra, ao mesmo tempo um livro de história e de ciências sociais, otimista e de mobilização cidadã, tenta avançar nessa direção.

Uma nova história econômica e social

Se é possível escrever hoje esta *Breve história da igualdade*, isso ocorre, antes de mais nada, graças aos numerosos trabalhos internacionais que renovaram profundamente as pesquisas em história econômica e social e em ciências sociais ao longo das últimas décadas.

Tomarei como base, sobretudo, as múltiplas pesquisas que deram uma perspectiva verdadeiramente global à história do capitalismo e da Revolução Industrial. Penso, por exemplo, na obra publicada em 2000 por Ken Pomeranz a respeito da “grande divergência” entre a Europa e a China nos séculos XVIII e XIX, provavelmente a mais importante e mais influente obra acerca da história da economia mundial desde a publicação de *Civilização material, economia e capitalismo* por Fernand Braudel em 1979 e os trabalhos de Immanuel Wallerstein a respeito do “sistema-mundo”. Para Pomeranz, o desenvolvimento do capitalismo industrial ocidental está intimamente ligado aos sistemas de divisão internacional do trabalho, de exploração desenfreada dos recursos naturais e de dominação militar e colonial implementados entre as potências europeias e o restante do planeta. Os trabalhos posteriores confirmaram amplamente essa conclusão, quer se trate das pesquisas de Prasanna Parthasarathi, quer das de Sven Beckert e do recente movimento em torno da “nova história do capitalismo”.

Em termos mais gerais, a história dos impérios coloniais e da escravidão e a história global e conectada realizaram imensos progressos ao longo dos últimos 23 anos, e me basearei em larga escala nesses trabalhos. Penso, sobretudo, nas pesquisas de Frederick Cooper, Catherine Hall, Or Rosenboim, Emmanuelle Saada, Pierre Singaravélou, Sanjay Subrahmanyan, Alessandro Stanziani e muitos outros que aparecerão ao longo dessa exposição. Meu trabalho também se inspira na renovação das pesquisas acerca da história popular e da história das lutas.

Esta breve história da igualdade tampouco poderia ter sido escrita sem os progressos realizados na história da distribuição das riquezas entre as classes sociais. Esse campo de pesquisa carrega em si mesmo uma longa história. Todas as sociedades produziram saberes e análises a respeito das disparidades de riqueza reais, supostas ou desejáveis, entre pobres e ricos, ao menos desde a *República* e *As leis* (nas quais Platão recomenda que essas diferenças não ultrapassem a proporção de um para

quatro). No século XVIII, Jean-Jacques Rousseau explica que o surgimento da propriedade privada e sua acumulação desmesurada estão na origem da desigualdade e da discórdia entre os homens. É preciso, contudo, esperar a Revolução Industrial para que se desenvolvam verdadeiras pesquisas a respeito dos salários dos operários e das condições de vida, bem como novas fontes quanto às rendas, aos lucros e às propriedades. No século XIX, Karl Marx tenta fazer o melhor uso dos dados financeiros e sobre heranças britânicos de sua época, embora os meios e recursos dos quais dispunha fossem limitados.

Ao longo do século XX, as pesquisas relativas a essas questões adotam um caráter mais sistemático. Os pesquisadores começam a coletar em grande escala dados sobre preços e salários, rendas fundiárias e lucros, heranças e lotes de terras. Ernest Labrousse publica em 1933 seu *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIII^e siècle* [Esboço das movimentações de preços e receitas na França do século XVIII], estudo monumental no qual evidencia a disparidade dos salários agrícolas em comparação com os preços do trigo e da renda fundiária no decorrer das décadas que precedem a Revolução Francesa, tudo num contexto de forte pressão demográfica. Sem tomá-la como causa única da Revolução, parece evidente que essa evolução só aumentou a impopularidade crescente da aristocracia e do regime político vigente. Na obra *Mouvement du profit en France au XIX^e siècle* [Movimentação do lucro na França do século XIX], de 1965, Jean Bouvier e os coautores descrevem, desde as primeiras linhas, o programa de pesquisa com que se identificam: “Enquanto as rendas das classes da sociedade contemporânea permanecerem fora do alcance da pesquisa científica, querer empreender uma história econômica e social pertinente será em vão.”

Muitas vezes associada à Escola dos “Annales”, de grande influência no seio da pesquisa francesa entre 1930 e 1980, essa nova história econômica e social não negligencia o estudo dos sistemas de propriedade. Em 1931, Marc Bloch publica seu estudo clássico a respeito da tipologia

dos regimes agrários medievais e modernos. Em 1973, Adeline Dau-mard publica os resultados de uma vasta pesquisa nos registros franceses de heranças do século XIX. A partir dos anos 1980, o movimento desacelera um pouco, mas deixa marcas duradouras para as práticas da pesquisa em ciências sociais. Ao longo do século passado, numerosos estudos históricos acerca de salários e preços, rendas e riquezas, dízimos e propriedades também foram publicados por um grande número de historiadores, sociólogos e economistas, de François Simiand a Christian Baudelot, de Emmanuel Le Roy Ladurie a Gilles Postel-Vinay.

Paralelamente, os historiadores e economistas norte-americanos e britânicos igualmente contribuem para o fundamento das bases de uma história da distribuição das riquezas. Em 1953, Simon Kuznets combina as primeiras contas nacionais (que ele ajudou a estabelecer a partir do trauma da crise dos anos 1930) com os dados oriundos do imposto federal sobre a renda (criado em 1913, na sequência de uma longa batalha política e constitucional), a fim de estimar a evolução da parcela das altas rendas na renda nacional. O estudo contempla apenas um país (os Estados Unidos) e um período relativamente curto (1913-1948), mas trata-se do primeiro estudo desse tipo, e causa grande estardalhaço. Robert Lampman faz o mesmo em 1962 com os dados extraídos do imposto federal sobre as heranças. Em 1978, Tony Atkinson leva a análise mais longe ao pesquisar as fontes de herança britânicas. Voltando ainda mais no tempo, Alice Hanson Jones publica em 1977 os resultados de uma ampla pesquisa nos inventários de falecimentos dos norte-americanos no período colonial.

Com base em todos os trabalhos anteriores, um novo programa de pesquisas históricas sobre as rendas e os patrimônios foi lançado no início dos anos 2000, programa do qual tive a oportunidade de participar, com o apoio determinante de vários colegas, entre eles Tony Atkinson, Facundo Alvarado, Lucas Chancel, Emmanuel Saez e Gabriel Zucman. Em comparação com os trabalhos precedentes, essa nova onda se beneficiou de recursos técnicos privilegiados. Ao longo do período entre 1930 e 1980,

Labrousse, Daumard e Kuznets realizavam suas pesquisas quase exclusivamente a mão, em fichas de cartolina. Cada coleta de dados e cada tabela de resultados exigiam um investimento técnico considerável, deixando por vezes pouca energia ao pesquisador para o trabalho de interpretação histórica, a mobilização de outras fontes e a análise crítica das categorias, o que sem dúvida contribuiu para enfraquecer uma história por vezes julgada estritamente “serial” (ou seja, centrada demais na produção de séries históricas comparáveis no tempo e no espaço, exercício que pode ser considerado uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente para se esperar que promova algum progresso nas ciências sociais). As fontes coletadas durante essa primeira onda de trabalhos deixavam, além disso, poucos rastros, o que limitava as possíveis reutilizações e o estabelecimento de um verdadeiro processo cumulativo.

Por sua vez, os avanços da digitalização desde 2000 permitiram estender a análise a períodos mais longos e a um número bem maior de países. Resultante desse programa de pesquisas, a *World Inequality Database* (WID.world) reúne, em 2021, os esforços combinados de cerca de cem pesquisadores em mais de oitenta países em todos os continentes, com dados relativos às distribuições de renda e de patrimônios que remontam, em certos casos, aos séculos XVIII e XIX e vão até as primeiras décadas do século XXI. Essa perspectiva temporal e comparativa mais ampla permitiu a multiplicação das comparações e a realização de avanços importantes na interpretação social, econômica e política das evoluções observadas. Esse trabalho coletivo me levou a publicar em 2013 e 2019 duas obras propondo as primeiras sínteses interpretativas da evolução histórica da divisão de riquezas, obras que contribuíram para alimentar os debates públicos sobre essas questões. Novas pesquisas, conduzidas com Amory Gethin e Clara Martínez-Toledano, recentemente procederam ao estudo das transformações da estrutura das desigualdades sociais e das diferenças políticas, na linhagem dos trabalhos publicados nos anos 1960 pelos cientistas políticos Seymour Lipset e Stein Rokkan. Se

essas diferentes pesquisas permitiram certos avanços, é preciso contudo ressaltar que ainda há muito a ser feito para cruzar mais as fontes e competências, e assim possibilitar a análise de maneira satisfatória das representações e das instituições, das mobilizações e das lutas, das estratégias e dos agentes implicados nas transformações atualizadas.

Em termos mais gerais, se hoje é possível escrever esta *Breve história da igualdade*, é graças aos numerosíssimos trabalhos de ciências sociais realizados utilizando os mais diversos métodos, que permitiram fazer avançar nossos conhecimentos sobre essas questões. Em particular, observamos já há alguns anos uma nova geração de pesquisadores e de trabalhos interdisciplinares que renovam as reflexões sobre as dinâmicas socioeconômicas da igualdade e da desigualdade, na fronteira da história, da economia, da sociologia, do direito, da antropologia e das ciências políticas. Refiro-me às pesquisas de Nicolas Barreyre, Tithi Bhattacharya, Erik Bengtsson, Asma Benhenda, Marlène Benquet, Céline Bessière, Rafe Blaufarb, Julia Cagé, Denis Cogneau, Nicolas Delalande, Isabelle Ferreras, Nancy Fraser, Sybille Gollac, Yajna Govind, David Graeber, Julien Grenet, Stéphanie Hennette, Camille Herlin-Giret, Élise Huillery, Stephanie Kelton, Alexandra Killewald, Claire Lemercier, Noam Maggor, Dominique Méda, Éric Monnet, Ewan McGaughey, Pap Ndiaye, Martin O'Neill, Héléne Périvier, Fabian Pfeffer, Katharina Pistor, Patrick Simon, Alexis Spire, Pavlina Tcherneva, Samuel Weeks, Madeline Woker, Shoshana Zuboff e tantos outros que não consigo citar aqui, mas que aparecerão ao longo do texto.

*As revoltas frente à injustiça, o aprendizado
das instituições justas*

Quais as principais conclusões às quais essa nova história econômica e social nos conduz? A mais evidente, sem dúvida, é a seguinte: a desigualdade é, antes de tudo, uma construção social, histórica e política.

Em outras palavras, para um mesmo nível de desenvolvimento econômico ou tecnológico, sempre existem múltiplas formas de organizar um regime de propriedade ou um regime de fronteiras, um sistema social e político, um regime tributário e educacional. Essas escolhas são de natureza política. Dependem do estado das relações de força entre os diferentes grupos sociais e as visões de mundo presentes, e conduzem a níveis e estruturas desigualitárias extremamente variáveis segundo as sociedades e os períodos. Todas as formações de riquezas na história se originam de um processo coletivo: elas dependem da divisão internacional do trabalho, da utilização dos recursos naturais do planeta e da acumulação de conhecimentos, desde os primórdios da humanidade. Invariavelmente, as sociedades humanas inventam regras e instituições para se estruturar e distribuir as riquezas e os poderes, mas trata-se sempre de escolhas políticas e reversíveis.

O segundo ensinamento é que existe, desde o fim do século XVIII, um movimento de longo prazo voltado para a igualdade. Essa marcha rumo à igualdade é a consequência das lutas e revoltas frente à injustiça, que permitiram transformar as relações de força e derrubar as instituições sustentadas pelas classes dominantes para estruturar a desigualdade social em seu benefício, a fim de as substituir por novas instituições, novas regras sociais, econômicas e políticas mais justas e emancipadoras para o maior número de pessoas. Em geral, as transformações mais fundamentais observadas na história dos regimes desigualitários colocam em xeque conflitos sociais e crises políticas de grande amplitude. Foram as revoltas camponesas de 1788-1789 e os acontecimentos da Revolução Francesa que levaram à abolição dos privilégios da nobreza. Do mesmo modo, foi a revolta dos escravizados em Santo Domingo em 1791 que deu início ao fim do sistema escravocrata atlântico, e não as comportadas discussões nos salões parisienses. Ao longo do século XX, as mobilizações sociais e sindicais desempenharam um papel central no estabelecimento de novas relações de força da divisão capital-trabalho e na redução das desigualdades. As duas guerras mundiais em si po-

dem ser analisadas como a consequência das tensões sociais e contradições ligadas à insustentável desigualdade reinante antes de 1914, tanto no âmbito doméstico quanto no plano internacional. Nos Estados Unidos, foi necessária uma guerra civil sangrenta para pôr fim ao sistema escravocrata em 1865. Um século depois, em 1965, uma grande mobilização afro-americana conseguiu abolir o sistema de discriminação racial legal (sem, no entanto, acabar com as discriminações ilegais, ainda existentes). Poderíamos multiplicar os exemplos: as guerras de independência desempenharam papel central nos anos 1950-1960 para pôr fim ao colonialismo europeu; décadas de confrontos e mobilizações foram necessárias para acabar com o *apartheid* sul-africano em 1994; e assim por diante.

Além das revoluções, guerras e revoltas, as crises econômicas e financeiras são muitas vezes momentos decisivos nos quais se cristalizam os conflitos sociais e se redefinem as relações de força. A crise dos anos 1930 desempenha papel central para deslegitimar, de forma duradoura, o liberalismo econômico e justificar novas formas de intervenção do Estado. Em tempos mais recentes, a crise financeira de 2008 e a crise epidêmica mundial de 2020-2021 já começaram a abalar várias certezas consideradas intangíveis pouco antes, relacionadas, por exemplo, ao nível aceitável da dívida pública ou ao papel dos bancos centrais. Em uma escala mais local, porém significativa, a revolta dos *gilets jaunes* [coletes amarelos] na França em 2018 resultou no abandono de projetos governamentais de aumento de impostos sobre o carbono, particularmente desigualitários. No início dos anos 2020, os movimentos Black Lives Matter, #MeToo e Fridays for Future impressionaram pela capacidade de mobilização além das fronteiras e das gerações em torno das desigualdades raciais, de gênero e climáticas. Dadas as contradições sociais e ambientais do sistema econômico atual, é provável que as revoltas, os conflitos e as crises continuem a desempenhar papel central no futuro, em circunstâncias impossíveis de prever com precisão. O fim da história não será amanhã. A marcha rumo à igualdade tem ainda um longo trajeto

to a ser percorrido, sobretudo num mundo no qual os mais pobres (e em particular os mais pobres dos países mais pobres) estão prestes a sofrer, de modo cada vez mais violento, as devastações climáticas e ambientais provocadas pelo estilo de vida dos mais ricos.

É importante insistir também em outra lição resultante da história: as lutas e as relações de força não são suficientes por si sós. São uma condição necessária para subverter as instituições desigualitárias e os poderes instituídos, mas infelizmente não garantem em absoluto que as novas instituições e os novos poderes que as substituirão sejam sempre tão igualitários e emancipadores quanto poderíamos esperar.

A razão disso é simples. Se é fácil denunciar o caráter desigualitário ou opressor das instituições e dos governos vigentes, é mais complexo chegar a um acordo quanto às instituições alternativas que permitem avançar de fato para a igualdade social, econômica e política, sempre respeitando os direitos individuais e o direito de todos à diferença. A tarefa não é impossível, longe disso, mas exige que se aceitem a deliberação, o confronto de pontos de vista, a descentralização, os compromissos e as experimentações. Acima de tudo, exige a aceitação de que podemos aprender com as trajetórias históricas e as experiências dos outros e, sobretudo, que o conteúdo exato das instituições justas não é conhecido *a priori* e merece ser debatido como tal. Em termos concretos, veremos que a marcha rumo à igualdade se apoiou, desde o fim do século XVIII, no desenvolvimento de certo número de dispositivos institucionais específicos, que devem ser estudados como tais: a igualdade jurídica; o sufrágio universal e a democracia parlamentar; a educação gratuita e obrigatória; o seguro-saúde universal; o imposto progressivo sobre a renda, a herança e a propriedade; a cogestão e o direito sindical; a liberdade de imprensa; o direito internacional; e assim por diante.

Ora, cada um desses dispositivos, longe de ter chegado a uma forma acabada e consensual, mais se assemelha a um compromisso precário, instável e provisório, em perpétua redefinição, fruto de conflitos sociais e mobilizações específicas, de bifurcações interrompidas e momentos his-

tóricos particulares. Todos padecem de múltiplas insuficiências e devem ser permanentemente repensados, concluídos e substituídos por outros. Tal como existe hoje em dia, em quase todos os lugares a igualdade jurídica formal não impede profundas discriminações em função das origens ou do gênero; a democracia representativa não passa de uma das formas imperfeitas da participação política; as desigualdades de acesso à educação e à saúde continuam abissais; o imposto progressivo e a redistribuição devem ser inteiramente repensados, em escalas doméstica e transnacional; a divisão do poder nas empresas ainda está começando a balbuciar; a detenção da quase totalidade da mídia por alguns oligarcas pode dificilmente ser considerada a forma mais bem-acabada da liberdade de imprensa; o sistema legal internacional, calcado na circulação descontrolada de capitais, sem objetivo social nem climático, assemelha-se na maioria das vezes a um neocolonialismo em prol dos mais ricos etc.

Para continuar a subverter e redefinir as instituições existentes, serão necessárias crises e relações de força, como foi o caso no passado, mas também, igualmente, processos de aprendizado, de apropriação coletiva e de mobilização em torno de novas plataformas programáticas e institucionais. Isso passa por inúmeros dispositivos de discussão, de elaboração e de difusão dos conhecimentos e experiências: partidos e sindicatos, escolas e livros, mobilizações e encontros, jornais e mídias. No centro de tudo, as ciências sociais naturalmente têm um papel a desempenhar, um papel significativo, mas que não deve ser, contudo, exagerado: os processos de apropriação social são os mais importantes, e isso passa também — e sobretudo — pelas organizações coletivas, cujas próprias formas devem ser reinventadas.

As relações de força e seus limites

Resumindo, há duas armadilhas simétricas a evitar: uma consiste em negligenciar o papel das lutas e das relações de força na história da igual-

dade; outra, ao contrário, em sacralizá-las e negligenciar a importância das oportunidades políticas e institucionais e o papel das ideias e das ideologias em sua elaboração. A resistência das elites é uma realidade incontornável nos tempos atuais (com seus bilionários transnacionais mais ricos do que Estados), no mínimo tanto quanto na época da Revolução Francesa. Tal resistência só pode ser vencida por meio de poderosas mobilizações coletivas, e em momentos de crises e tensões. Ainda assim, a ideia de que existiria um consenso espontâneo em relação às instituições justas e emancipadoras e que para colocá-las em prática bastaria quebrar a resistência das elites é uma perigosa ilusão. Questões como a organização do Estado social, a reformulação do imposto progressivo e dos tratados internacionais, as reparações pós-coloniais ou a luta contra as discriminações são de uma complexidade e tecnicidade que só podem ser superadas recorrendo à história, à difusão dos saberes, à deliberação e ao confronto de pontos de vista. Por mais importante que seja, a posição de classe não basta para forjar uma teoria da sociedade justa, uma teoria da propriedade, uma teoria da fronteira, do imposto, da educação, do salário, da democracia. Para a mesma experiência social, sempre existirá uma forma de indeterminação ideológica, por um lado, porque a classe é em si plural e multidimensional (status, propriedade, renda, diploma, gênero, origem etc.) e, por outro, porque a complexidade das questões formuladas impede de imaginar que puros antagonismos materiais possam levar a uma conclusão única sobre as instituições justas.

A experiência do comunismo soviético (1917-1991), acontecimento primordial que atravessa e, em certa medida, define o século XX, ilustra perfeitamente essas duas armadilhas. Por um lado, foram, sim, as relações de força e as intensas lutas sociais que permitiram aos revolucionários bolcheviques substituir o regime czarista pelo primeiro “Estado proletário” da história, Estado que permitiu, num primeiro momento, avanços educacionais, sanitários e industriais consideráveis e contribuiu fortemente para a derrota do nazismo. Sem a pressão da União Soviética

e do movimento comunista internacional, não há nenhuma certeza de que as classes dirigentes ocidentais teriam aceitado a previdência social e o imposto progressivo, as descolonizações e os direitos cívicos. Por outro lado, foi a sacralização das relações de força e a convicção entre os bolcheviques de deter a suprema verdade quanto às instituições justas que levaram ao desastre totalitário que conhecemos. Os dispositivos institucionais estabelecidos (partido único, centralização burocrática, propriedade estatal hegemônica, recusa da propriedade cooperativa, das eleições e dos sindicatos etc.) se pretendiam mais emancipadores do que as instituições burguesas ou social-democratas. Eles conduziram a níveis de opressão e encarceramento que desacreditaram por completo esse regime e levaram à sua queda, ao mesmo tempo que contribuíram para a emergência de uma nova forma de hipercapitalismo. Assim, após ter sido no século XX o país que abolira inteiramente a propriedade privada, a Rússia se transformou, no início do século XXI, na capital mundial dos oligarcas, da opacidade financeira e dos paraísos fiscais. Por todos esses motivos, é necessário analisar de perto a gênese desses diferentes dispositivos institucionais, assim como será necessário estudar as instituições adotadas pelo comunismo chinês, que poderiam se revelar mais duráveis (embora não menos opressivas).

Tentarei manter distância dessas duas armadilhas: as relações de força não devem ser negligenciadas nem sacralizadas. As lutas desempenham papel central na história da igualdade, mas é preciso igualmente levar a sério a questão das instituições justas e da deliberação igualitária sobre o assunto. Nem sempre é simples encontrar uma posição equilibrada entre esses dois pontos: se insistimos demais nas relações de força e nas lutas, podemos ser acusados de maniqueísmo e de negligenciar a questão das ideias e do conteúdo; ao contrário, se voltamos a atenção para as fragilidades ideológicas e programáticas da coalizão igualitária, podemos ser suspeitos de enfraquecer e subestimar as capacidades de resistência e o egoísmo míope das classes dominantes (apesar de ser, com frequência,

patente). Farei meu melhor para evitar essas duas armadilhas, mas não tenho certeza se conseguirei sempre, e solicito de antemão a indulgência do leitor. Espero, sobretudo, que os elementos históricos e comparativos apresentados neste livro lhe sejam úteis para determinar sua própria visão de uma sociedade justa e das instituições que a compõem.



É fácil ser pessimista em relação à desigualdade. Sabemos que, nas duas últimas gerações, ela tem aumentado drasticamente em diversas partes do mundo. E Thomas Piketty é um dos estudiosos que mais divulgam, tentam compreender e propor soluções para o problema. Neste novo livro, surpreendente e poderoso, ele nos lembra de que uma extensa análise da história oferece razões para sermos otimistas. Afinal, ao longo dos séculos temos caminhado rumo a uma maior igualdade.

Com elegância e concisão, Piketty conduz o leitor pelos grandes movimentos que moldaram o mundo moderno para melhor e pior: o crescimento do capitalismo, as revoluções, o imperialismo, a escravidão, guerras e a construção do Estado de bem-estar social. Narra, em suma, uma história de violência e luta social, pontuada por retrocessos e catástrofes. Sua análise de todos esses eventos exemplifica como as sociedades humanas evoluíram em direção a uma distribuição mais justa de renda e bens, a uma redução das desigualdades raciais e de gênero, e a um maior acesso aos cuidados de saúde, à educação e aos direitos de cidadania. A nossa difícil marcha é política e ideológica, uma luta sem tréguas contra a injustiça.

Mas, para continuar avançando, precisamos aprender e nos comprometer com sistemas institucionais, legais, sociais, fiscais e educacionais capazes de fazer da igualdade uma realidade duradoura. Ao mesmo tempo, resistir à amnésia histórica e às tentações do separatismo cultural e da compartimentalização dos saberes. O que está em jogo é a qualidade de vida de bilhões de pessoas. Sabemos que podemos fazer melhor, conclui Piketty. O passado nos mostra o caminho. O futuro depende de nós.



SAIBA MAIS:

<https://www.intrinseca.com.br/livro/1200/>